



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 1190.01.0001114/2021-20

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2021
PLANEJAMENTO SIRP Nº1191001 - 53/2021

Regime de Execução Indireta: Prestação de Serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra)

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP)

Objeto: Contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
9. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
10. DA PROVA DE CONCEITO
11. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12. DOS RECURSOS
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
14. DO REGISTRO DE PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO
15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. DA VIGÊNCIA DA ATA
17. DA CONTRATAÇÃO
18. DA SUBCONTRATAÇÃO
19. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
20. DO PAGAMENTO
21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
22. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO DE EDITAL III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO DE EDITAL IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO DE EDITAL V - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL VI - TERMO DE SIGILO/CONFIDENCIALIDADE

ANEXO DE EDITAL VII - MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS - SEF/MG torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando o registro de preços para eventual contratação de serviços de [Inserir o objeto da licitação], nos termos da **Lei Federal** nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual** nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e dos **Decretos Estaduais** nº 48.012, de 22 de julho de 2020 e nº 46.311 de 16 de setembro de 2013.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar** nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais** nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais** nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº. 47.794, de 19 de dezembro de 2019, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, pela **Resolução SEPLAG** nº 93, de 28 novembro de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898 de 14 de junho 2013, Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG** n.º 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei Federal** nº **8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Cláudia Ribeiro de Souza - Masp: 369.716-6, designada na Portaria SEF/SPGF n.º 02, de 10/07/2020, e Equipe de Apoio constituída pelo servidores: Izabelle Passos Gouvêa - Masp. 752.556-1 e Silvio Henrique Araújo Couto - Masp. 669.259-4.

1.1.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento da pregoeira indicada no item anterior, atuará como sua substituta a Pregoeira Lúcia Helena Tamie Anraki - Masp: 340.144-5, designada por meio da Portaria SEF/SPGF n.º 02, de 10/07/2020.

1.1.2. A sessão de pregão terá início no **dia 12 de maio de 2021, às 10:00 horas**. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao

certame.

1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, conforme especificações, constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

3.1.1. O órgão/entidade gerenciador(a) será a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, por intermédio da SPGF/Diretoria de Aquisições e Contratos.

3.2. Órgãos participantes:

3.2.1. Os órgãos e entidades da Administração Pública a seguir são participantes e integram todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços:

3.2.1.1. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

4.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail spgfdalicitacao@fazenda.mg.gov.br, observados os prazos previstos no item 4.1.

4.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais a indisponibilidade do sistema.

4.2. O pedido de esclarecimento ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação").

4.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ), Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

4.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

4.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

4.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá

um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

4.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

4.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

4.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

5. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF.

5.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

5.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

5.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

5.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

5.4. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

5.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

5.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

5.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art.9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

5.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 5.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo III do Edital:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.7.2. que está ciente e das condições contidas no Edital e seus anexos;

5.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.7.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

6.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

6.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

6.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

6.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

7.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão ser assinados eletronicamente.

7.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. A realização da

assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](#).

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

7.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

7.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.10. O prazo de validade da proposta será de sessenta dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I - Termo de Referência.

8.1.3. O preenchimento dos campos do sistema bem como o arquivo referente a Proposta Comercial anexada deverá se referir, individualmente, a cada lote.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

8.3.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários do itens envolvidos em cada lote do presente certame.

8.3.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

9.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item.

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$200,00 (Duzentos reais).

9.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa competitiva.

9.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive em lances intermediários.

9.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens

anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.12. Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 9.9, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. **Do empate ficto**

9.18.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

9.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.18.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.18.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.19. **Do empate real**

9.19.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.19.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

9.19.2.1. no país;

9.19.2.2. por empresas brasileiras;

9.19.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.19.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.19.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.22. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.22.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL (ANUAL), apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.

9.22.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

9.22.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.22.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.22.2.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.22.2.2.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.22.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.22.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a

ocorrência será registrada em ata;

9.22.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de *duas horas*, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, bem como as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.22.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.22.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.22.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.22.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

10. DA PROVA DE CONCEITO

10.1. Não haverá prova de conceito no presente certame.

11. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CADIN - Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;

b) CAGEF/CAFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalconpras/fornecedoresimpedidoscon.do>;

c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

11.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

11.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Ressalvado o disposto no item 7.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.

11.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

11.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

11.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus

administradores;

11.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

11.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir

11.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

11.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

11.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

11.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

11.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário - CDT, que poderá ser emitida pelo site: www.fazenda.mg.gov.br.

11.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

11.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

11.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

11.9.2. Comprovação de possuir, até a data de apresentação da proposta, patrimônio líquido no valor mínimo de R\$39.370,00 (trinta e nove mil, trezentos e setenta reais) por meio da apresentação, na forma da lei, do balanço patrimonial do último exercício social.

11.9.2.1. Entende-se por apresentados na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datadas e assinadas pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

11.9.2.2. Em se tratando de ME/EPP optante pelo Simples Nacional, a comprovação do Patrimônio Líquido deverá ser feita por meio de Balanço Patrimonial assinado por contador e representante legal da empresa.

11.9.3. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados em cópia autenticadas das folhas do livro diário em que se encontram transcritos, acompanhados de cópia autenticadas dos termos de abertura e encerramento dos respectivos livros, ou por publicações em jornais de grande circulação ou diário oficial, quando se trata de Sociedade Anônima.

11.9.4. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 11.9.2 do edital.

11.9.5. No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade.

11.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.10.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços compatíveis com as características, estabelecidas no Termo de Referência ANEXO a este Edital, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, vedado o autoatestado, compreendendo os requisitos abaixo relacionados:

11.10.1.1. **Lote Único: Atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a prestação dos serviços/fornecimento conforme o objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datado(s) e assinado(s).

11.10.2. Os atestados deverão conter:

11.10.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

11.10.2.2. Local e data de emissão.

11.10.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

11.10.2.4. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

11.11. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

11.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

11.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

11.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

11.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

11.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

11.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

11.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

11.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

11.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

11.11.5. Aos beneficiários listados no item 5.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

11.11.5.1. A não regularização da documentação deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no "chat" que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção

de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 12.1.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. **DO REGISTRO DE PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

14.2. O Pregoeiro registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

14.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15. **DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à **assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços**, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

15.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

15.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail: atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

15.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

15.2. O prazo previsto para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

15.3. O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, na forma do art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

15.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16. DA VIGÊNCIA DA ATA

16.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Publicada a ata, a contratação será formalizada por instrumentos hábeis, tais como termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, sendo o fornecedor convocado para aceitar ou retirar o documento, de acordo com os arts. 62 e 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda, obedecidas as disposições pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e do Decreto 48.012, de 22 de julho de 2020.

17.1.1. O fornecedor detentor do preço registrado, na contratação, deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

17.1.2. Caso o fornecedor detentor do preço registrado não apresente situação regular no ato da emissão do termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, não compareça quando convocado ou não retire o documento no prazo estipulado, será cancelado seu registro na ata e convocados os fornecedores registrados com base nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

17.1.3. É facultado à Administração, quando o convocado não aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.2. O representante legal do licitante que tiver registrado em ata a proposta vencedora deverá aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, § 2º do Decreto Estadual nº 48.012/ 2020.

17.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será permitida a cessão ou subcontratação parcial ou total do objeto deste termo de referência, salvo o fornecimento de materiais com certificação *Systimax* e de movimentação e transporte de dispositivos e equipamentos. Quanto ao fornecimento de materiais com a certificação da *Systimax*, sugere-se previsão de que esse possa ser subcontrado para permitir ampliar a concorrência no processo, visto que essa certificação não está disponível para todos os fornecedores de objetos similares, como o aqui especificado e, também, porque o fornecimento desses materiais é considerado acessório (secundário) do principal que é a efetiva prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica. Quanto à movimentação e ao transporte de dispositivos e equipamentos, por uma questão de redução de custos e, também, por se tratar de serviços considerados acessórios (secundários), sugerimos que esses possam ser subcontratados.

19. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Para os Órgãos/Entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE. Para os demais participantes, o pagamento será realizado a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, de acordo com normativo próprio a que se sujeita, mantendo-se os prazos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

20.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

20.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo "visualizador", desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

20.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

20.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

20.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

20.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

20.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

20.4. Para fins de pagamento, o fornecedor deverá informar domicílio bancário junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da Portaria nº 001, de

9/11/2010, do Diretor da Superintendência Central de Administração Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SCAF/SEF.

20.4.1. Caso o fornecedor não tenha conta no banco a que se refere o subitem 20.4, deverá providenciar a abertura de conta corrente em qualquer agência do referido banco, comunicando à SEF/MG os dados de seu domicílio bancário para fins de certificação de cadastro junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG e posterior recebimento de seus créditos.

20.4.2. Excepcionalmente, mediante manifestação formal do fornecedor que esteja impossibilitado de manter conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A., o pagamento poderá ser feito nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria SCAF nº 001/2010.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012 e no do Decreto 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.1.1. Advertência por escrito;

21.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

21.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

21.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

21.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

21.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 21.1.1, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5.

21.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

21.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

21.7. As sanções relacionadas nos itens 21.1.3, 21.1.4 e 21.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

21.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

21.8.1. Retardarem a execução do objeto;

21.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

21.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

21.9. As sanções dispostas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.10. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

22.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

22.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

22.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá releva omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.6. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

22.8. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: www.compras.mg.gov.br.

ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES
Diretor de Aquisições e Contratos

BLENDA ROSA PEREIRA COUTO
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto, Superintendente**, em 11/04/2021, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 13/04/2021, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27763274** e o código CRC **A0B82C5C**.

Referência: Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

SEI nº 27763274



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	Órgão Solicitante	Número da Unidade de Compra
24/02/2021	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais	1191001

Responsável pela Solicitação	Superintendência ou Diretoria
Nome: Izabelle Passos Gouvêa E-mail: izabelle.passos@fazenda.mg.gov.br Ramal para contato: 32176625	Diretoria de Infraestrutura e Soluções Tecnológicas - DIST/STI

1. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quant.	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS	Fabricante
Único	1	63029	12	Unidade	Execução de ponto de rede CAT 6a implantado, incluindo materiais: uma tomada fêmea RJ-45 CAT 6a, espelho, etiqueta, anilha, condutele ou caixa de sobrepor em alumínio ou caixa para canaleta metálica ou caixa de superfície, parafuso e	<i>CommScope</i> <i>- SYSTIMAX</i>

					bucha, identificação e documentação.	
Único	2	63037	300	Metro Linear	Lançamento de cabo UTP, CAT 6a, 4 pares em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, implantado, incluindo materiais: cabo UTP CAT 6a com grimpagem em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação, certificação do ponto UTP Cat. 6a e documentação.	<i>CommScope</i> - <i>SYSTIMAX</i>
Único	3	63053	6	Unidade	Lançamento de cabo óptico (<i>Systimax</i> <i>instaPATCH360</i>) MPO/MPO de até 30 metros de comprimento, composto por 24 fibras, multimodo de 50/125 µm OM4, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, implantado, incluindo materiais: cabo óptico com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação.	<i>CommScope</i> - <i>SYSTIMAX</i>
Único	4	63061	6	Unidade	Execução de ponto elétrico implantado, incluindo materiais: receptáculo de tomada industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Tomada	STECK

					Steck modelo N3256/32A, 2P+T).	
Único	5	63070	2	Unidade	Instalação ou adaptação de plugue industrial em PDU de <i>rack</i> existente, incluindo materiais: plugue industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (<i>Plug marca Steck modelo S3276/32A, 2P+T</i>).	STECK
Único	6	63142	1	Unidade	Instalação de <i>patch panel</i> gerenciável padrão 19" (<i>PATCH PANEL Systimax 360 IPATCH ENABLE 1100GS6</i>), 24 portas RJ-45 CAT 6a, implantado e incluindo o fornecimento de materiais: <i>patch panel</i> gerenciável RJ-45 CAT 6a, etiqueta, anilha, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>
Único	7	63150	3	Unidade	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) ou bastidor óptico modular, gaveta, com fita gerenciável, 1U, padrão 19" (<i>Systimax HD-1U-SD</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: bastidor óptico, módulo cego, bandejas individuais para fusão OU PRÉ-CONECTORIZADO, organizador de cabos frontal, tampa de cobertura em acrílico, etiquetas para identificação, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>

Único	8	94978	12	Unidade	Instalação de módulo gerenciável de fibras ópticas MPO com 24 fibras LC (12 pares) multimodo (<i>Systimax InstaPATCH® 360 LazrSPEED® STANDARD MODULE MM</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: módulo gerenciável MPO com 12 pares LC do tipo multimodo de 50/125 µm OM4, etiquetas para identificação de emendas de fibra e terminações, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, demais acessórios, identificação, certificação e documentação.	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>
Único	9	94986	2	Unidade	Instalação de cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550</i> , OM4, implantando e incluindo o fornecimento do material: cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4 LC Uniboot, 2.0 mm Dublex, Plenum</i> , comprimento de até 6 metros (20 FT).	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>
Único	10	63193	160	Metro Linear	Lançamento de cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , isolamento para 1kV, antichama, baixa emissão de fumaça e gases, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocilha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, canaleta de piso, implantado, incluindo materiais: cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , terminal tipo agulha ou garfo ou olhal, com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo	PRISMIAN

					<i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação. Obs: cabo tripolar não halogenado, Prismian Afumex, seção mínima de 4,0mm ² .	
Único	11	82562	6	Unidade	Instalação em quadro de distribuição de circuitos ou caixa de disjuntor termomagnético DIN, tipo plug-in, bipolar de 16 A a 32 A, Icn de 3 a 6 kA, curva B/C, implantado, incluindo identificação e documentação. Obs: Disjuntor Schneider bifásico, modelo IC60N C32A, com plug-in (engate rápido).	SCHNEIDER
Único	12	64793	1	Unidade	Remanejamento de <i>rack</i> com equipamentos instalados, de 40 a 46U, da sala cofre para o setor de desembalagem (entorno da sala cofre), sobre piso elevado, até 30 metros, com peso de até 699 Kg.	
Único	13	82740	2	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de até 199 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da Superintendência Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.	
Único	14	82759	3	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de 200 a 699 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o Almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.	

Único	15	82767	1	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U com peso de 700 a 1000 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.
Único	16	51721	16	Hora/Homem	Mão de obra eventual de técnico para execução de serviços de: desmontagem ou desinstalação de infraestrutura antiga de rede de telecomunicação, elétrica e telefonia convencional.
Único	17	64807	20	Hora/Homem	Mão de obra técnica eventual para remanejamento de <i>racks</i> de 40 a 46U e equipamentos ativos, servidores etc.
Único	18	64815	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços em horário noturno semanal.
Único	19	64823	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços nos finais de semana e feriados.
Único	20	63274	8	Metro Quadrado	Fechamento dos espaços vazios entre <i>racks</i> nos corredores do interior da Sala Cofre, com chapas metálicas na cor preto fosco, na mesma espessura existente (manter padrão), em pintura eletrostática, fixadas por meio de parafuso autorroscante.
Único	21	94994	40	Unidade	Fechamento de U's vazios no interior dos <i>racks</i> com o fornecimento de tampas cegas padrão 19'.
					Instalação caixa de consolidação e módulo

Único	22	75914	1	Unidade	para cabo UTP, incluindo o fornecimento e instalação de materiais: caixa de consolidação para acoplamento de módulo UTP para 12 portas UTP, categoria 6a, módulo para 12 acopladores UTP, categoria 6a Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX
Único	23	63185	4	Unidade	Instalação caixa de consolidação para fibra óptica (F.O), incluindo o fornecimento e instalação de materiais, caixa de consolidação para acoplamento de módulo MPO com 24 acopladores LC (12 pares) do tipo multimodo de 50/125 µm Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX
Único	24	82589	1	Unidade	Execução de furo e/ou corte em placa de piso elevado, incluindo passacabo redondo com tampa.	
Único	25	40355	2	Unidade	Reposição de placas de piso nos locais onde os racks serão retirados. Piso elevado Acecofloor/Caviglia - placa modelo CC1250, e demais acessórios/acabamentos para cortes/furos.	CAVIGLIA
Único	26	95001	1	Unidade	Rotulação/identificação de cabo elétrico/UTP com fornecimento de pacote com com 1000 (mil) unidades de etiqueta em branco do modelo LAT-18-361 Laser Brady.	BRADY

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1.1. SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE REDE ELÉTRICA:

1.1.1.1. A execução dos serviços inclui, obrigatoriamente, o fornecimento dos componentes e os materiais requeridos para sua realização:

1.1.1.1.1. lançar e instalar cabos e tomadas, devidamente identificados com anilhas ou etiquetas indelévels;

1.1.1.1.2. instalar os circuitos elétricos; e

1.1.1.1.3. lançar e instalar cabos e tomadas, devidamente identificados com anilhas ou etiquetas indelévels.

1.1.1.2. Relação de materiais elétricos padronizados, já utilizados no Data Center da SEF, a serem empregados na execução dos serviços:

1.1.1.2.1. disjuntor *Schneider* bifásico, modelo IC60N C32A, *plug-in* (engate rápido);

1.1.1.2.2. tomada *Steck* modelo N3256/32A, 2P+T;

1.1.1.2.3. plug *Steck* modelo S3276/32A, 2P+T; e

1.1.1.2.4. cabo tripolar *Prismian Afumex*, seção mínima de 4,0mm².

1.1.2. **SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO:**

1.1.2.1. A execução dos serviços inclui, obrigatoriamente, o fornecimento dos componentes e materiais requeridos para sua realização:

1.1.2.1.1. instalar *patch panel* gerenciável da *Systimax*, padrão 19", 24P, mantendo o padrão existente;

1.1.2.1.2. instalar pontos de rede, cabeamento metálico UTP, *Systimax*, CAT. 6a, mantendo o padrão existente;

1.1.2.1.3. ao término dos serviços, será necessário fornecer documentação composta de relatório de certificação dos pontos metálicos e de fibra, croquis de montagem, indicação em plantas das modificações construtivas, introduzidas na execução dos serviços, para permitir à engenharia da DIST/STI a emissão de projeto "*as built*".

1.1.2.1.4. instalar DIO *Systimax HD* gerenciável, padrão 19", 1U-SD, 24P;

1.1.2.1.5. instalar pares de fibras ópticas *Systimax*; e

1.1.2.1.6. instalar módulos de fibra óptica MPO em DIO.

1.1.2.2. Ao término dos serviços, será necessário fornecer documentação composta de relatório de certificação dos pontos metálicos e de fibra, croquis de montagem, indicação em plantas das modificações construtivas, introduzidas na execução dos serviços, para permitir à engenharia da DIST/STI a emissão de projeto "*as built*".

1.1.3. **SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE SAÍDA DE RACKS E DE TRANSPORTES:**

1.1.3.1. Remover da sala cofre *racks* com seus respectivos equipamentos e fazer o transporte para o almoxarifado da SPGF/SEF, localizado na Rua Porto, 450. São Francisco - Belo Horizonte.

1.1.3.2. Movimentar equipamentos entre *racks*, conforme demanda.

1.1.3.3. Durante o procedimento de movimentação de entrada ou saída de *rack*, o piso e a porta da sala cofre e entorno deverão ser devidamente protegidos contra impactos mecânicos e arranhões.

1.1.3.4. Adequar, reforçar e substituir placas do piso elevado, se necessário, nas áreas afetadas;

1.1.3.5. Verificar se as placas furadas/cortadas existentes podem ser reaproveitadas, caso contrário, executar furações das placas de piso elevado para passagem de cabos lógicos e elétricos nos locais necessários.

1.1.3.6. Efetuar cortes/furos em placas de piso elevado nos locais onde serão instalados os novos *racks*, com o devido acabamento e conforme indicado em projeto.

1.1.3.7. Instalar placas de piso nos locais onde os *racks* serão retirados com fornecimento piso elevado ACECO FLOOR/CAVIGLIA - placas CC1250, e demais acessórios/acabamentos.

1.1.3.8. Efetuar fechamento dos corredores quentes da sala cofre com chapa metálica, no mesmo padrão de espessura e tamanho das existentes, nos locais de intervenção de retirada de *rack* e que não receberão novos *racks*.

1.1.3.9. Efetuar o transporte dos *racks* indicados para os locais definitivos (entorno, sala cofre ou Almoxarifado).

1.1.3.10. Fornecer e instalar caixa de consolidação para fibra óptica (F.O), incluindo o fornecimento e instalação de materiais, caixa de consolidação para acoplamento de módulo MPO com 12 acopladores LC do tipo multimodo de 50/125 µm, *Systimax*.

1.1.3.11. Fornecer e instalar caixa de consolidação para Cabo UTP, categoria 6a, incluindo o fornecimento e instalação de materiais: caixa de consolidação para acoplamento de módulo UTP para 12 portas UTP, categoria 6a, tomada RJ 45, categoria 6a, *Systimax*.

1.2. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:**

1.2.1. **PROJETO EXECUTIVO:**

1.2.1.1. Após a emissão da Ordem de Serviço, a DIST/STI disponibilizará as plantas baixas do projeto executivo com as indicações das intervenções de ampliação ou readequações a serem realizadas no Data Center, em arquivo eletrônico, elaborado por meio do *software AutoCAD*.

2. **DOS LOTES:**

2.1. **DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:**

2.1.1. Os itens objeto desta contratação são complementares, razão pela qual não há possibilidade de divisão dos itens em lotes distintos. A divisão dos itens em lotes distintos poderia comprometer a correta execução dos serviços a serem contratados e, portanto, causaria prejuízo ao conjunto do objeto.

2.1.2. Ademais, a instalação desses novos equipamentos será acompanhada concomitantemente pela desativação de alguns *racks* de equipamentos em produção e pela transferência de equipamentos entre os *racks* que permanecerão. Em consequência das desativações, será preciso efetuar remoção dos *racks*, sendo que alguns deles, em virtude de suas condições de arquitetura construtiva, serão removidos com os equipamentos instalados (o peso estimado de cada *rack* é, nesse caso, de aproximadamente 800 Kg). Em determinados casos, a retirada do *rack* está condicionada, primeiro, à entrada em operação de um novo *rack* substituto. Já em outra situação, é preciso antes fazer a retirada do *rack* antigo para dar lugar ao novo. Essas peculiaridades justificam que o serviço de movimentação dos *racks* seja feito pelo mesmo prestador de serviços de infraestrutura. As atividades de execução da infraestrutura são fortemente dependentes das atividades de movimentação e serão realizadas em paralelo, não sendo viável fazê-las em tempos distintos e com prestadores de serviço diferentes.

2.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.2.1. Considerando-se que o valor de referência desta contratação ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e não há, como justificado, a possibilidade de divisão de lotes, não encontramos possibilidade de aplicação do disposto no Art. 8º do Decreto nº 47437, de 26 de junho de 2018, e portanto, estabelecer a exclusividade de participação no processo apenas a fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte. Entendemos, portanto, que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno não será vantajoso e poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.2.2. Ademais, quanto à participação exclusiva de ME/EPP, informamos que, quando da consulta para a formação dos preços de referência, não localizamos um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Dessa forma, entendemos que delimitar participação exclusiva de ME/EPP para o presente processo poderá trazer prejuízos para o certame.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviços de ampliação e readequação da infraestrutura de cabeamento estruturado e energia elétrica para o Data Center STI/SEF, incluindo movimentação, retirada e transferência de *racks* de equipamentos destina-se a suportar as novas soluções de equipamentos para ambiente de Data Center.

Por ser um ambiente dinâmico, onde é sempre necessário a instalação, substituição e retirada de equipamentos, o Data Center da SEF, a sala cofre e o seu entorno demandam continuamente serviços de adequações, além da movimentação física de equipamentos, a fim de manter as aplicações disponíveis e a disponibilização de novos serviços aos contribuintes, funcionários e a toda a sociedade.

O atual Data Center STI/SEF recebeu infraestrutura de cabeamento estruturado da solução *Systemax*, que possui garantia estendida de 20 anos do fabricante *Commscope*, estendida para 25 anos posteriormente, conforme diploma expedido em 24/12/2014, ID da obra nº4542, registro da garantia de Nº 99198, compreendendo:

Quantidade	Unidade	Descrição	Produto/ Fabricante	Local da Instalação
846	Unidade	Pontos metálicos, cat 6a gerenciáveis	<i>Systemax/Commscope</i>	Sala cofre, entorno, desembalagem.
225	Unidade	Pontos metálicos, cat 6	<i>Systemax/Commscope</i>	Salas Técnicas.
378	Pares	Pontos ópticos gerenciáveis	<i>Systemax/Commscope</i>	Sala cofre.
192	Pares	Pontos ópticos	<i>Systemax/Commscope</i>	<i>Backbone</i>

A infraestrutura de rede elétrica, por sua vez, foi construída com materiais específicos para ambientes de grande concentração de equipamentos eletrônicos, muito sensíveis à variação de tensão e gases tóxicos. Os cabos elétricos são livres de halogênio, isto é, não emitem fumaça e gases tóxicos em caso de incêndio, os disjuntores são do tipo *plug-in* (montados em base especial, permitindo a instalação e retirada com o quadro energizado). Os demais componentes empregados possuem rígidos controles de fabricação, de segurança e de qualidade.

A manutenção da garantia pelo fabricante *Commscope*, por um período de 20 anos, para infraestrutura construída no Data Center STI/SEF, com solução do cabeamento estruturado *Systimax*, exige a continuidade do uso de produtos da solução *Systimax* durante o seu período de vigência. É importante e de interesse da SEF manter essa garantia estendida, tendo em vista sua importância para a preservação da qualidade das instalações de informática desta Secretaria, bem como para permitir a manutenção das condições de conectividade e de desempenho, fatores essenciais para assegurar o bom funcionamento de um Data Center.

Empregar os mesmos materiais da construção para a ampliação requisitada de rede elétrica também é imprescindível, a fim de garantir compatibilidade com espaços disponíveis nos quadros elétricos que receberão novos disjuntores e para manter a confiabilidade de uso de materiais com baixos índices de inflamabilidade e de emissão de fumaça, exigências obrigatórias para ambientes de Data Center em que os riscos precisam ser mitigados. Além disso, manter a padronização de infraestrutura elétrica e de cabeamento já adotada é requisito de controle avaliado na gestão de risco do processo de autorização da NFe- 2019-2020 da SEF, que tem o selo da certificação ISO 27001.

O Data Center possui uma sala cofre *Lampertz*, modelo TDR-B/M, Nº de série 001921, ano de fabricação 2013, com 72,3 m², certificada pela *ECB-S European Certification Board - Security* pela norma EN-1047, sob Nº 1185 e pela ABNT, norma NBR 15.247, programa PE047.3, controle ABNT Nº 0225, possuindo ainda o selo de qualidade ABNT - ambiente PE-198.01.

A certificação de marca de segurança ABNT é o mais amplo procedimento de certificação vigente no mercado brasileiro e a maior garantia de segurança possível de aquisição. A certificação é a prova de que o produto fabricado e instalado tem as mesmas características e qualidades do produto testado em laboratório. Todo o material empregado nesses ambientes certificados foi selecionado pela CONTRATADA, sendo o serviço executado dentro das normas dos respectivos fabricantes, com o objetivo de mitigar qualquer risco de incidente, mantendo uma estrutura de alta disponibilidade.

A infraestrutura do cabeamento estruturado existente em todo Data Center foi executada por profissionais qualificados pelo fabricante *Systimax*. As curvaturas de leitos, o lançamento e estruturação dos cabeamentos metálicos e de fibras, as terminações dos cabos, *DIOs*, *patch panels* gerenciáveis e outros componentes seguem orientações específicas do fabricante *Commscope*. Também a infraestrutura de rede elétrica de TI obedeceu aos padrões técnicos de qualidade, disponibilidade, segurança e qualidade requeridos para um Data Center, tais como cabos que não emitem fumaça ou gases tóxicos em caso de incêndio, os disjuntores são do tipo *plug in*, os quadros elétricos são confeccionados com todos os requisitos de segurança e possuem sistema de monitoramento por meio de sensores. O alto custo dos investimentos, bem como da manutenção (paga mensalmente) desses ambientes, justificam a necessidade de se tomar todas as medidas para sua preservação. Dentro desses ambientes encontram-se os equipamentos de TI que processam todos os sistemas de informação críticos da SEF, particularmente aqueles vinculados à receita, alguns deles utilizados por outras Secretarias de Estado e por órgãos públicos de Minas Gerais.

Dessa forma, com a expansão das instalações da sala cofre e do seu entorno para abrigar novas solução de equipamentos de hiperconvergência, *aplliances*, *storages*, *tape library* e servidores, as estruturas de cabeamento e de rede elétrica terão que ser também ampliadas, ajustadas ou remanejadas e as padronizações existentes, mantidas para garantir as características do ambiente.

A própria Lei 8666/93 (art.15, § 7º, inciso I), embora vede a indicação de marca, prevê que as compras, sempre que possível, deverão “atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas”. Com base nesse princípio, é possível definir/indicar a marca do produto a ser adquirido. Esse é, inclusive, o entendimento

do Tribunal de Contas da União, conforme Súmula 270/2012, que reza: " *Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção.*" Uma Garantia de Produto Estendida, exclusiva de 20 anos, e o Programa de Garantia de Aplicações são fornecidos em todos os projetos certificados da *Systimax*. O Programa de Garantia de Aplicações *Systimax* SCS cobre todas as aplicações que acompanham no momento as Especificações de Desempenho *Systimax* SCS. Além disso, o Programa de Garantia cobrirá qualquer aplicação lançada no futuro por padrões reconhecidos ou fóruns de usuários que utilizam o TIA/EIA 568-B ou o ISO/IEC IS 11801 para especificações de canal UTP para cabeamento.

A garantia estendida não é o único motivo de se ter exigido na especificação a adoção de componentes do fabricante *Systimax*. Na verdade, o maior objetivo pretendido com essa exigência é manter o alto grau de disponibilidade dos sistemas, o que depende de se ter uma conectividade sem nenhuma interferência. Os componentes de uma rede, apesar de serem fabricados sob normas específicas, não são testados para garantir a compatibilidade entre os diversos fabricantes existentes no mercado e tal prática é inviável de ser simulada, devido à complexidade e à quantidade de componentes envolvidos. Então, não há como saber, isoladamente, se um determinado componente está comprometendo um sistema inteiro. Portanto, um sistema do mesmo fabricante tem todos os seus componentes testados simultaneamente e o resultado final é que será a métrica de desempenho do mesmo. A certificação e a posterior emissão da garantia dependem de testes feitos no cabeamento instalado. Para isso acontecer, deve existir o envolvimento do integrador da solução, do distribuidor do produto e do fabricante do cabeamento. Após a instalação e testados 100% do sistema, a documentação é enviada ao fabricante para validação do projeto e da instalação, para emissão da garantia estendida (no caso, com duração de 20 anos). A análise dessa documentação é feita por um auditor independente, certificado pela *Systimax*, que realiza a vistoria da instalação. A Certificação completa garante que:

- todas as normas nacionais e internacionais aplicáveis foram cumpridas;
- todas as práticas de projeto e instalação do fabricante foram seguidas;
- todos os materiais utilizados são fabricados pelo fornecedor escolhido;
- os materiais não foram contrabandeados ou falsificados; e
- o instalador contratado é reconhecido pelo fabricante e está em dia com suas qualificações.

O objetivo é garantir que tudo estará funcionando de acordo com as normas técnicas definidas pelos padrões nacionais e internacionais de instalação, ou seja, ter 100% de pontos com o *status* POSITIVO, como deve ser num sistema cabeado, onde a performance e qualidade são medidas como um todo, e não componente a componente. Uma alta taxa de transmissão e uma baixíssima taxa de erros é o que se pretende.

Frisamos, mais especificamente quanto à adequação da demanda ao plano de contingenciamento de gastos, em essência ao [Decreto nº 48.102, de 29/12/2020](#), que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do [Decreto 47.891/2020](#), até 30/06/2021, no âmbito de todo o território do Estado, que tem como objetivo essencial direcionar ações gerais para mitigar os impactos financeiros causados pela epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus - COVID-19, que os impactos trazidos com a despesa desta contratação, que possui serviços sob demanda, encontram-se limitados aos créditos orçamentários previstos em programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2021, conforme Lei Orçamentária Anual, [Lei nº 23.751, de 30/12/2020](#), e [Decreto nº 48.132, de 29/01/2021](#). Vale acrescentar que o ambiente em que serão prestados esses serviços possui equipamentos com sistemas críticos para o negócio da SEF/MG e a paralisação desses poderia trazer enormes prejuízos à Administração Pública e aos

contribuintes, o que, entendemos, s.m.j., poderia trazer impactos mais severos para a situação reconhecida de calamidade pública.

Diante do exposto, recomendamos a contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

4. **JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE:**

4.1. A presente contratação, por se tratar de aquisição de serviços e bens comuns, já que seus padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, sendo suas especificações usuais no mercado, se enquadra na modalidade de pregão, de forma eletrônico.

4.2. Sugere-se que esta contratação seja feita por meio de pregão eletrônico para Registro de Preços. Justifica-se essa opção porque os serviços poderão ser contratados em períodos distintos, à medida que acontecerem mudanças dentro do Data Center da SEF. Dessa forma, alguns serviços poderão ser contratados imediatamente após a publicação da ata do RP, enquanto outros dependem da aquisição ou desativação de equipamentos. Por essa razão, sugere-se a realização de pregão para Registro de Preços, o que permitirá a contratação dos serviços na medida da necessidade, durante a vigência da ata.

4.3. Importante ressaltar que somente serão contratados os serviços que efetivamente serão utilizados a partir da definição de equipamentos que serão adquiridos ou desativados, ou seja, da real necessidade.

4.4. Como a desativação de equipamentos e a instalação de novos sistemas depende de vários processos distintos, não é possível e recomendável incluir em um contrato de infraestrutura todas as possibilidades de cobertura dos equipamentos que ainda se encontram em fase de especificação e cotação. Isso se deve ao fato de não ser possível conhecer, antecipadamente, quais equipamentos serão efetivamente instalados e quando. Por outro lado, é necessário que a infraestrutura já esteja adequada quando do recebimento e instalação dos equipamentos, a fim de não atrasar sua efetiva utilização. A ata do RP permitirá, portanto, flexibilizar a formalização de contratos à medida da necessidade da STI/SEF.

4.5. Como se trata de compra de serviços para infraestrutura de Data Center, inclusive como justificado neste Termo de Referência, com necessidade de determinação de marca específica, sugere-se que o presente RP fique adstrito apenas à participação desta Secretaria de Fazenda.

5. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

5.2. Em que pese o objeto desta contratação possuir complexidade técnica para ter a execução satisfatória em sua plenitude, ele poderá ser prestado por apenas uma empresa, não havendo necessidade de que seja constituído consórcio para que diversos requisitos sejam atendidos por meio de distintas empresas. Todos os requisitos (e serviços) poderão ser prestados por apenas uma empresa, não havendo necessidade, portanto, de constituição de consórcio para a presente contratação.

6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

6.1. **Atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a prestação dos serviços/fornecimento conforme o objeto licitado, de forma satisfatória e a

conteúdo, devidamente datado(s) e assinado(s).

6.2. O(s) atestado(s) deve(m) conter a comprovação de fornecimento de objeto similar do mesmo fabricante do objeto desta contratação.

6.3. Os atestados deverão conter:

6.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

6.3.2. Local e data de emissão.

6.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

6.5. Faz-se necessária a previsão de apresentação do atestado de capacidade técnica, tendo em vista que a comprovação de fornecimento anterior dos serviços permite reforçar a segurança de que o licitante possui experiência comprovada na comercialização bem sucedida do objeto, que será essencial para esta SEF como justificado.

7. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

7.1. Os preços propostos deverão incluir todos os tributos, encargos sociais/trabalhistas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão, única e exclusivamente, a cargo da CONTRATADA.

7.2. As propostas deverão apresentar preço unitário e total por item e global para o lote único, em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula, sendo vedada imposição de condições.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

8.1. Prazo da prestação dos serviços:

8.1.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para iniciar os serviços contratados, contados da emissão da nota de empenho pela CONTRATANTE.

8.2. Do local da prestação dos serviços:

8.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua da Bahia, 1816 - II subsolo, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG.

8.3. Condições de recebimento:

8.3.1. Antes do início da execução dos serviços, deverá ser realizada uma reunião de planejamento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, para elaboração do planejamento e cronograma de execução das atividades.

8.3.2. O fornecedor vencedor deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) engenheiro ou profissional com formação correlata, com certificação do fabricante *Commscope* para os produtos *Systimax*, que atuará como responsável técnico na execução dos serviços de cabeamento do Data Center.

8.3.2.1. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) será(ão), preferencialmente, do quadro de pessoal do licitante, cuja comprovação do vínculo, quando solicitada pela SEF/MG, far-se-á, se empregado, por cópia da carteira de trabalho e previdência social - CTPS, ou equivalente; se diretor ou sócio da empresa, através do ato de investidura do cargo ou cópia do contrato social; se prestador de serviços, através de contrato regido pela legislação civil.

- 8.3.2.2. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que consentido pela SEF/MG.
- 8.3.2.3. O documento de comprovação do vínculo poderá ser apresentado em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.3.2.4. Caso a CONTRATADA não possua em seu quadro de pessoal profissional(ais) com a capacitação exigida, a execução dos serviços de cabeamento no Data Center poderá ter como responsável técnico profissional(ais) do próprio fabricante da solução *Systimax*, ou de empresa credenciada pelo fabricante a executar os serviços descritos, mediante subcontratação pelo licitante e sem ônus adicionais para a SEF/MG. Na hipótese da subcontratação, o fornecedor apresentará à SEF/MG, antes do início da execução, declaração do fabricante ou de empresa credenciada pelo fabricante que ateste a sua disponibilidade para a respectiva prestação.
- 8.3.2.5. A subcontratação não eximirá a CONTRATADA das obrigações contratuais e legais, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/1993
- 8.3.3. Para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá comprovar que está credenciado a comercializar, instalar e realizar testes com a solução *Systimax*, do fabricante *COMMSCOPE*, ou que subcontratou o fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante.
- 8.3.4. A CONTRATADA deverá apresentar certificado(s) de participação em curso de NR10 (Norma Reguladora do Ministério do Trabalho e Emprego) que estabelece os requisitos e as condições mínimas de segurança que devem ser implementadas no ambiente de trabalho dos profissionais autorizados a intervir em instalações elétricas, com carga horária mínima de 40 horas, emitido por entidade especializada, que comprove que o(s) profissional(is) com vínculo com o fornecedor vencedor é(são) devidamente treinado(s) em segurança de instalações e serviços de eletricidade.
- 8.3.5. A Divisão de Infraestrutura de Data Center da Diretoria de Infraestrutura e Soluções Tecnológicas da Superintendência de Tecnologia da Informação – STI/DIST/DID realizará o acompanhamento e o recebimento dos serviços.
- 8.3.6. A CONTRATADA deverá executar os serviços de infraestrutura em conformidade com os projetos técnicos fornecidos pela Secretaria, prestar informações que permitam a elaboração dos documentos “conforme construído” (*As Built*) pela equipe de engenharia e apresentar relatório de certificação dos pontos lógicos (metálicos e de fibra).
- 8.3.7. Todos os serviços que forem executados em desacordo com as especificações técnicas, assim como as falhas e/ou vícios de construção verificados no ato do seu recebimento, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser refeitos. Nesse caso, o prazo para recuperação das falhas será determinado pelo SEF/MG e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades pertinentes.
- 8.3.8. A vistoria dos serviços será realizada no local por técnico da SEF/MG acompanhado de representante técnico da CONTRATADA, após a conclusão da execução da infraestrutura e da entrega do relatório de certificação das instalações de cabeamento estruturado.
- 8.3.9. Na vistoria, além do *check list*, documento constante do neste Termo de Referência, serão observados e conferidos:

- 8.3.9.1. a conformidade da infraestrutura executada em relação ao

projeto executivo;

8.3.9.2. a qualidade dos serviços executados;

8.3.9.3. a qualidade das recomposições e dos acabamentos;

8.3.9.4. a qualidade dos acabamentos das instalações;

8.3.9.5. a perpendicularidade e nivelamento das instalações construídas;

8.3.9.6. a fixação de caixas, tampas etc;

8.3.9.7. a identificação de tomadas, cabos, *patch panels* e disjuntores;

8.3.9.8. a correta amarração e folga de cabos nos *racks*, leitos aramados, quadros elétricos e caixas;

8.3.9.9. a certificação das instalações para dados;

8.3.9.10. a polaridade e as tensões das tomadas elétricas;

8.3.9.11. a medição da resistência do aterramento;

8.3.9.12. o funcionamento de quadros elétricos; e

8.3.9.13. a limpeza do entrepiso e piso, que deve incluir aspiração das sujeiras e restos de materiais.

8.3.10. O recebimento dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá ser realizado perante gestor(es) do contrato, a ser designado pela CONTRATANTE.

8.3.11. A escolha da metodologia de trabalho e os produtos utilizados deverão ficar a cargo da empresa, devendo estar em consonância com as determinações Federais, Estaduais e Municipais legais e normativas vigentes.

8.3.12. O recebimento/aprovação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

8.3.13. O aceite dos serviços será realizado mediante ateste da nota fiscal/fatura correspondente, por qualquer dos servidores designados pela CONTRATANTE para esse fim.

8.4. **Cronograma físico-financeiro:**

8.4.1. O pagamento poderá ocorrer em mais de uma parcela, à medida que o bloco de serviços for demandado e executado.

9. **DO PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

10. **DO CONTRATO:**

10.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com os art. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

10.2. O contrato terá vigência por 12 meses, a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

11. **PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA**

RELAÇÃO JURÍDICA:

11.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, serão designados pela autoridade competente, agentes para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto deste termo, como representantes da Administração.

11.1.1. Titular - Izabelle Passos Gouvêa - Masp. 752.556-1; e

11.1.2. Suplente - Silvio Henrique Araújo Couto - Masp. 669.259-4.

11.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

11.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

11.5.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas referentes ao(s) contrato(s) originado(s) deste processo de Registro de Preços serão acobertadas pela dotação orçamentária 1191 04 126 115 2052 0001 33903922, fonte 10.1, **RECURSOS DO CUSTEIO**, consignada atualmente no orçamento em vigor e seus créditos suplementares, aprovada pela Lei 23.751, de 30 de dezembro de 2020 e quanto aos exercícios subsequentes, pelas dotações próprias que forem fixadas nos respectivos orçamentos.

13. DAS GARANTIAS:

13.1. Garantia de execução:

13.1.1. Sugere-se incluir no edital a exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo, ao percentual de 8% (oito por cento) do valor estimado da contratação. Tal comprovação torna-se necessária à vista de que a contratação compreende a aquisição de produtos e a prestação de serviços especializados e essenciais para a SEF. Essa exigência visa garantir a existência de capacidade financeira da CONTRATADA, de modo a assegurar a minimamente a capacidade de fornecimento e prestação do serviço pela empresa.

13.2. Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

13.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - serviços não-duráveis) ;(90 dias - serviços duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

14. DA VISTORIA TÉCNICA:

14.1. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto.

- 14.2. A vistoria técnica será realizada nas seguintes condições:
- 14.2.1. Em horário comercial, de 08:00 às 18:00, de segunda à sexta-feira; e por email stiengenharia@fazenda.mg.gov.br;
 - 14.2.2. Deverá ser pré-agendada com os servidores descritos abaixo e acompanhadas por equipe técnica da SEF/MG.
- 14.3. A vistoria técnica será acompanhada pela servidora Izabelle Passos Gouvêa - MASP 752556-1 ou Sílvio Henrique Araújo Couto - MASP 669259-4.
- 14.4. O fornecedor que desejar realizar visita técnica deverá agendar dia e horário específico, até 02 (dois) dias antes da sessão, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.
- 14.5. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais, ou de projetos ou amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.
- 14.6. A vistoria técnica pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 15.1. Não será permitida a cessão ou subcontratação parcial ou total do objeto deste termo de referência, salvo o fornecimento de materiais com certificação *Systimax* e de movimentação e transporte de dispositivos e equipamentos. Quanto ao fornecimento de materiais com a certificação da *Systimax*, sugere-se previsão de que esse possa ser subcontrado para permitir ampliar a concorrência no processo, visto que essa certificação não está disponível para todos os fornecedores de objetos similares, como o aqui especificado e, também, porque o fornecimento desses materiais é considerado acessório (secundário) do principal que é a efetiva prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica. Quanto à movimentação e ao transporte de dispositivos e equipamentos, por uma questão de redução de custos e, também, por se tratar de serviços considerados acessórios (secundários), sugerimos que esses possam ser subcontratados.

16. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

16.1. DA CONTRATADA:

- 16.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.
- 16.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as à CONTRATANTE para ateste e pagamento.
- 16.1.3. Atender prontamente às orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.
- 16.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
- 16.1.5. Assegurar à CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.
- 16.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.
- 16.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança,

durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

16.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

16.1.9. Não transferir para a CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

16.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

16.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

16.2. **DA CONTRATANTE:**

16.2.1. Acompanhar e fiscalizar a serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

16.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

16.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

16.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

16.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

16.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

16.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

16.2.10. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

17. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

17.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.1.1. Advertência por escrito.

17.1.2. Multa de até:

17.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

17.1.2.2. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

17.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço ou

fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

17.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

17.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002.

17.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3, 17.1.4 e 17.1.5.

17.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

17.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

17.7. As sanções relacionadas nos itens 17.1.3, 17.1.4 e 17.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

17.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

17.8.1. Retardarem a execução do objeto.

17.8.2. Comportar-se de modo inidôneo.

17.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado da contratação é de R\$ 492.134,76 (quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos).

19. TERMO DE SIGILO/CONFIDENCIALIDADE:

Deverá ser assinado Termo de Sigilo e Confidencialidade padrão da SEF/MG. O Termo de Confidencialidade é necessário por questão de segurança do negócio da SEF/MG. As informações originadas e tramitadas nos serviços de comunicação multimídia referenciados no objeto deste Termo de Referência são, em quase sua totalidade, sigilosas. Portanto, faz-se imprescindível a previsão de celebração de Termo de Confidencialidade neste processo.

LINDENBERG NAFFAH FERREIRA

Superintendente de Tecnologia da Informação - STI/SEF



Documento assinado eletronicamente por **Lindenberg Naffah Ferreira, Superintendente**, em 19/04/2021, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27763869** e o código CRC **DD7D6658**.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº1191001 53/2021 (preenchida em papel timbrado da proponente)								
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA				PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE				
Razão Social								
CNPJ								
Endereço								
Telefone								
Endereço Eletrônico								
Nome do Representante Legal								
CPF do Representante Legal								
Lote	Item	Código do item no SIAD	Quant.	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS	Fabricante	Valor unitário	Valor total
Único	1	63029	12	Unidade	Execução de ponto de rede CAT 6a implantado, incluindo materiais: uma tomada fêmea RJ-45 CAT 6a, espelho, etiqueta, anilha, condutele ou caixa de sobrepor em alumínio ou caixa para canaleta metálica ou caixa de superfície, parafuso e bucha, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	2	63037	300	Metro Linear	Lançamento de cabo UTP, CAT 6a, 4 pares em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, implantado, incluindo materiais: cabo UTP CAT 6a com grimpagem em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação, certificação do ponto UTP Cat. 6a e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	3	63053	6	Unidade	Lançamento de cabo óptico (<i>Systemax instaPATCH360</i>) MPO/MPO de até 30 metros de comprimento, composto por 24 fibras, multimodo de 50/125 µm OM4, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, implantado, incluindo materiais: cabo óptico com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	4	63061	6	Unidade	Execução de ponto elétrico implantado, incluindo materiais: receptáculo de tomada industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Tomada Steck modelo N3256/32A, 2P+T).	STECK		
Único	5	63070	2	Unidade	Instalação ou adaptação de plugue industrial em PDU de <i>rack</i> existente, incluindo materiais: plugue industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Plug marca Steck modelo S3276/32A, 2P+T).	STECK		
Único	6	63142	1	Unidade	Instalação de <i>patch panel</i> gerenciável padrão 19" (<i>PATCH PANEL Systemax 360 IPATCH ENABLE 1100GS6</i>), 24 portas RJ-45 CAT 6a, implantado e incluindo o fornecimento de materiais: <i>patch panel</i> gerenciável RJ-45 CAT 6a, etiqueta, anilha, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	7	63150	3	Unidade	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) ou bastidor óptico modular, gaveta, com fita gerenciável, 1U, padrão 19" (<i>Systemax HD-1U-SD</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: bastidor óptico, módulo cego, bandejas individuais para fusão OU PRÉ-CONECTORIZADO, organizador de cabos frontal, tampa de cobertura em acrílico, etiquetas para identificação, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
					Instalação de módulo gerenciável de fibras ópticas MPO com 24			

Único	8	94978	12	Unidade	fibras LC (12 pares) multimodo (<i>Systimax InstaPATCH® 360 LazrSPEED® STANDARD MODULE MM</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: módulo gerenciável MPO com 12 pares LC do tipo multimodo de 50/125 µm OM4, etiquetas para identificação de emendas de fibra e terminações, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, demais acessórios, identificação, certificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	9	94986	2	Unidade	Instalação de cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4</i> , implantando e incluindo o fornecimento do material: cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4 LC Uniboot, 2.0 mm Duplex, Plenum</i> , comprimento de até 6 metros (20 FT).	CommScope - SYSTIMAX		
Único	10	63193	160	Metro Linear	Lançamento de cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , isolamento para 1kV, antichama, baixa emissão de fumaça e gases, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, canaleta de piso, implantado, incluindo materiais: cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , terminal tipo agulha ou garfo ou olhal, com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação. Obs: cabo tripolar não halogenado, Prismian Afumex, seção mínima de 4,0mm ² .	PRISMIAN		
Único	11	82562	6	Unidade	Instalação em quadro de distribuição de circuitos ou caixa de disjuntor termomagnético DIN, tipo plug-in, bipolar de 16 A a 32 A, Icn de 3 a 6 kA, curva B/C, implantado, incluindo identificação e documentação. Obs: Disjuntor Schneider bifásico, modelo IC60N C32A, com plug-in (engate rápido).	SCHNEIDER		
Único	12	64793	1	Unidade	Remanejamento de <i>rack</i> com equipamentos instalados, de 40 a 46U, da sala cofre para o setor de desembalagem (entorno da sala cofre), sobre piso elevado, até 30 metros, com peso de até 699 Kg.			
Único	13	82740	2	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de até 199 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da Superintendência Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	14	82759	3	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de 200 a 699 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o Almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	15	82767	1	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U com peso de 700 a 1000 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	16	51721	16	Hora/Homem	Mão de obra eventual de técnico para execução de serviços de: desmontagem ou desinstalação de infraestrutura antiga de rede de telecomunicação, elétrica e telefonia convencional			
Único	17	64807	20	Hora/Homem	Mão de obra técnica eventual para remanejamento de <i>racks</i> de 40 a 46U e equipamentos ativos, servidores etc.			
Único	18	64815	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços em horário noturno semanal.			
Único	19	64823	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços nos finais de semana e feriados.			
Único	20	63274	8	Metro Quadrado	Fechamento dos espaços vazios entre <i>racks</i> nos corredores do interior da Sala Cofre, com chapas metálicas na cor preto fosco, na mesma espessura existente (manter padrão), em pintura eletrostática, fixadas por meio de parafuso autorroscante.			
Único	21	94994	40	Unidade	Fechamento de U's vazios no interior dos <i>racks</i> com o fornecimento de tampas cegas padrão 19'.			
Único	22	75914	1	Unidade	Instalação caixa de consolidação e módulo para cabo UTP, incluindo o fornecimento e instalação de materiais: caixa de consolidação para acoplamento de módulo UTP para 12 portas UTP, categoria 6a, módulo para 12 acopladores UTP, categoria 6a Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	23	63185	4	Unidade	Instalação caixa de consolidação para fibra óptica (FO), incluindo o fornecimento e instalação de materiais, caixa de consolidação para acoplamento de módulo MPO com 24 acopladores LC (12 pares) do tipo multimodo de 50/125 µm Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	24	82589	1	Unidade	Execução de furo e/ou corte em placa de piso elevado, incluindo passa-cabo redondo com tampa.			
Único	25	40355	2	Unidade	Reposição de placas de piso nos locais onde os <i>racks</i> serão retirados. Piso elevado Acecofloor/Caviglia - placa modelo CC1250, e demais acessórios/acabamentos para cortes/furos.	CAVIGLIA		
Único	26	95001	1	Unidade	Rotulação/identificação de cabo elétrico/UTP com fornecimento de pacote com com 1000 (mil) unidades de etiqueta em branco do modelo LAT-18-361 Laser Brady.	BRADY		

Prazo de Validade da Proposta

Local de Entrega

Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I do Edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus

que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Arlison Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25930890** e o código CRC **DD6A07ED**.

Referência: Processo nº 1190.01.0001114/2021-20 SEI nº 25930890
Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Versão v.20.09.2020.

SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2021.

ANEXO III - SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE
DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico**

para Registro de Preços nº 53/2021, Processo nº 1191001 53/2021, declaro que o Sr. _____, CPF _____, devidamente credenciado pela empresa _____, CNPJ: _____, compareceu e vistoriou irrestritamente os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, e tomou plena ciência das condições locais e das dificuldades existentes, bem como de todas as informações e elementos técnicos, necessários à execução dos serviços a serem licitados.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

Assinatura

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços, Processo nº 1191001 53/2021**, a _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que opta pela não realização de visita técnica, considerando a descrição do serviço contida no Termo de Referência, Anexo do Edital.

Declara e assume inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, se compromete a não alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25931012** e o código CRC **B99AA6DD**.

Referência: Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

SEI nº 25931012



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.09.2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PLANEJAMENTO 53/2021

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, entidade de direito público, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e os BENEFICIÁRIOS abaixo indicados, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, [Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002](#); [Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006](#); [Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002](#); [Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001](#); [Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013](#); pelos [Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012](#); nº 48.012 de 22 de julho de 2020; [nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013](#); [nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018](#); [nº. 47.437, de 26 de junho de 2018](#); [nº. 37.924, de 16 de maio de 1996](#); pelas [Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016](#); [nº 8.898 de 14 de junho 2013](#); nº 3.458 de 22 de julho de 2003; [com suas alterações posteriores](#); Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro 2018 e as demais normas legais correlatas, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - PLANEJAMENTO N.º 53/2021**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ENDEREÇO: <inserir>

CNPJ/MF: <inserir>

REPRESENTANTE LEGAL: <inserir>

BENEFICIÁRIO DO LOTE XXXX: <inserir>

ENDEREÇO: <inserir>

CNPJ/MF: <inserir>

INSCRIÇÃO ESTADUAL: <inserir>

REPRESENTANTE LEGAL: <inserir>

CPF/MF: <inserir>

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quant.	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS	Fabricante	Valor unitário	Valor total
Único	1	63029	12	Unidade	Execução de ponto de rede CAT 6a implantado, incluindo materiais: uma tomada fêmea RJ-45 CAT 6a, espelho, etiqueta, anilha, condutele ou caixa de sobrepor em alumínio ou caixa para canaleta metálica ou caixa de superfície, parafuso e bucha, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	2	63037	300	Metro Linear	Lançamento de cabo UTP, CAT 6a, 4 pares em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocilha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, implantado, incluindo materiais: cabo UTP CAT 6a com grimpagem em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação, certificação do ponto UTP Cat. 6a e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	3	63053	6	Unidade	Lançamento de cabo óptico (<i>Systimax</i> instaPATCH360) MPO/MPO de até 30 metros de comprimento, composto por 24 fibras, multimodo de 50/125 µm OM4, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocilha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, implantado, incluindo materiais: cabo óptico com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		

Único	4	63061	6	Unidade	Execução de ponto elétrico implantado, incluindo materiais: receptáculo de tomada industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Tomada Steck modelo N3256/32A, 2P+T).	STECK		
Único	5	63070	2	Unidade	Instalação ou adaptação de plugue industrial em PDU de rack existente, incluindo materiais: plugue industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Plug marca Steck modelo S3276/32A, 2P+T).	STECK		
Único	6	63142	1	Unidade	Instalação de patch panel gerenciável padrão 19" (PATCH PANEL Systemax 360 IPATCH ENABLE 1100GS6), 24 portas RJ-45 CAT 6a, implantado e incluindo o fornecimento de materiais: patch panel gerenciável RJ-45 CAT 6a, etiqueta, anilha, abraçadeira tipo hellermann, abraçadeira em velcro, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	7	63150	3	Unidade	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) ou bastidor óptico modular, gaveta, com fita gerenciável, 1U, padrão 19" (Systemax HD-1U-SD), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: bastidor óptico, módulo cego, bandejas individuais para fusão OU PRÉ-CONECTORIZADO, organizador de cabos frontal, tampa de cobertura em acrílico, etiquetas para identificação, parafusos, demais acessórios,	CommScope - SYSTIMAX		

					identificação e documentação.			
Único	8	94978	12	Unidade	Instalação de módulo gerenciável de fibras ópticas MPO com 24 fibras LC (12 pares) multimodo (<i>Systimax InstaPATCH® 360 LazrSPEED® STANDARD MODULE MM</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: módulo gerenciável MPO com 12 pares LC do tipo multimodo de 50/125 µm OM4, etiquetas para identificação de emendas de fibra e terminações, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, demais acessórios, identificação, certificação e documentação.	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>		
Único	9	94986	2	Unidade	Instalação de cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4</i> , implantando e incluindo o fornecimento do material: cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4 LC Uniboot, 2.0 mm Dublex, Plenum</i> , comprimento de até 6 metros (20 FT).	<i>CommScope - SYSTIMAX</i>		
Único	10	63193	160	Metro Linear	Lançamento de cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , isolamento para 1kV, antichama, baixa emissão de fumaça e gases, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, canaleta de piso, implantado, incluindo materiais: cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm ² , terminal tipo agulha ou garfo ou olhal, com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação. Obs: cabo tripolar não halogenado, Prismian Afumex, seção mínima de 4,0mm ² .	PRISMIAN		
					Instalação em quadro de distribuição de circuitos			

Único	11	82562	6	Unidade	ou caixa de disjuntor termomagnético DIN, tipo plug-in, bipolar de 16 A a 32 A, lcn de 3 a 6 kA, curva B/C, implantado, incluindo identificação e documentação. Obs: Disjuntor Schneider bifásico, modelo IC60N C32A, com plug-in (engate rápido).	SCHNEIDER		
Único	12	64793	1	Unidade	Remanejamento de <i>rack</i> com equipamentos instalados, de 40 a 46U, da sala cofre para o setor de desembalagem (entorno da sala cofre), sobre piso elevado, até 30 metros, com peso de até 699 Kg.			
Único	13	82740	2	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de até 199 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da Superintendência Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	14	82759	3	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de 200 a 699 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o Almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	15	82767	1	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U com peso de 700 a 1000 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	16	51721	16	Hora/Homem	Mão de obra eventual de técnico para execução de serviços de: desmontagem ou desinstalação de infraestrutura antiga de rede de telecomunicação, elétrica e telefonia convencional			
					Mão de obra técnica eventual para			

Único	17	64807	20	Hora/Homem	remanejamento de racks de 40 a 46U e equipamentos ativos, servidores etc.			
Único	18	64815	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços em horário noturno semanal.			
Único	19	64823	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços nos finais de semana e feriados.			
Único	20	63274	8	Metro Quadrado	Fechamento dos espaços vazios entre racks nos corredores do interior da Sala Cofre, com chapas metálicas na cor preto fosco, na mesma espessura existente (manter padrão), em pintura eletrostática, fixadas por meio de parafuso autorroscante.			
Único	21	94994	40	Unidade	Fechamento de U's vazios no interior dos racks com o fornecimento de tampas cegas padrão 19'.			
Único	22	75914	1	Unidade	Instalação caixa de consolidação e módulo para cabo UTP, incluindo o fornecimento e instalação de materiais: caixa de consolidação para acoplamento de módulo UTP para 12 portas UTP, categoria 6a, módulo para 12 acopladores UTP, categoria 6a Systemax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	23	63185	4	Unidade	Instalação caixa de consolidação para fibra óptica (F.O), incluindo o fornecimento e instalação de materiais, caixa de consolidação para acoplamento de módulo MPO com 24 acopladores LC (12 pares) do tipo multimodo de 50/125 µm Systemax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	24	82589	1	Unidade	Execução de furo e/ou corte em placa de piso elevado, incluindo passacabo redondo com tampa.			
Único	25	40355	2	Unidade	Reposição de placas de piso nos locais onde os racks serão retirados. Piso elevado Acecofloor/Caviglia - placa	CAVIGLIA		

					modelo CC1250, e demais acessórios/acabamentos para cortes/furos.			
Único	26	95001	1	Unidade	Rotulação/identificação de cabo elétrico/UTP com fornecimento de pacote com 1000 (mil) unidades de etiqueta em branco do modelo LAT-18-361 Laser Brady.	BRADY		

2.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.1.2. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos e Entidades para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, através da SPGF/Diretoria de Aquisição e Contrato .

3.2. É participantes deste Registro de Preços, os seguintes órgãos:

- Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, a contar da data de sua publicação.

4.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos serviços prestados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação;

5.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

5.4. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

5.5. É vedado ao contratado interromper a prestação de serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá

proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

5.7. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

5.8. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor poderá ter o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.2.1. Por razões de interesse público;

6.2.2. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente Ata e será formalizada mediante (a) termo de contrato, (b) emissão de nota de empenho de despesa; ou (c) ordem de serviço; conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311/13.

7.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.4. Previamente à formalização de cada nota de empenho, ordem de serviço ou instrumento equivalente, o Órgão participante realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002, no Decreto Estadual nº 48.012 de 22 de julho de 2020 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.1. advertência por escrito;

8.1.2. multa de até:

8.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

8.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de

serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

8.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

8.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5 anos (cinco anos), nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e do art. 49 do Decreto Estadual nº 48.012 de 22 de julho de 2020;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3 e 8.1.2.4.

8.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

8.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

8.7. As sanções relacionadas nos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual - CAGEF.

8.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

8.8.1. Retardarem a execução do objeto;

8.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

8.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9. **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação.
- 9.2. Cabe à Secretaria de Estado de Fazenda gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46.311 de 16 de setembro de 2013.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

- 10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

Representante do Órgão/Entidade

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25931104** e o código CRC **152A68AC**.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.09.2020.

Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

ANEXO V

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº [REDAZIDO], DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA], NA FORMA ABAIXO:

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, com sede na Cidade Administrativa, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Prédio Gerais - 6º andar, Lado Ímpar - Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: stidgvdce@fazenda.mg.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 16.907.746/0001-13, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Lindenberg Naffah Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 571.685.717-53, Resolução de competência nº 3.597 de 03/12/2004 e a empresa [inserir nome da empresa], endereço de correio eletrônico [inserir e-mail], inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - sob o número [inserir nº do CNPJ], com sede na [inserir nome da cidade sede da empresa], neste ato representada pelo Sr(a). [inserir nome do representante da contratada], inscrito(a) no CPF nº [inserir nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1191001 53/2021**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 48.012/2020, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes entre *racks*, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão para Registro de Preços nº 1191001 53/2021 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quant.	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS	Fabricante	Valor unitário	Valor total
Único	1	63029	12	Unidade	Execução de ponto de rede CAT 6a implantado, incluindo materiais: uma tomada fêmea RJ-45 CAT 6a, espelho, etiqueta, anilha, condutele ou caixa de sobrepor em alumínio ou caixa para canaleta metálica ou caixa de superfície, parafuso e bucha, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	2	63037	300	Metro Linear	Lançamento de cabo UTP, CAT 6a, 4 pares em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, implantado, incluindo materiais: cabo UTP CAT 6a com grimpagem em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação, certificação do ponto UTP Cat. 6a e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	3	63053	6	Unidade	Lançamento de cabo óptico (<i>Systimax</i> instaPATCH360) MPO/MPO de até 30 metros de comprimento, composto por 24 fibras, multimodo de 50/125 µm OM4, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, implantado, incluindo materiais: cabo óptico com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i> , abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
					Execução de ponto elétrico implantado, incluindo materiais: receptáculo de tomada industrial de acordo com a			

Único	4	63061	6	Unidade	norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Tomada Steck modelo N3256/32A, 2P+T).	STECK		
Único	5	63070	2	Unidade	Instalação ou adaptação de plugue industrial em PDU de rack existente, incluindo materiais: plugue industrial de acordo com a norma vigente, 2P+T / 3P+T, 30 a 32 A, 100 a 380 V, etiqueta, anilha, placa de alerta de segurança, conectores, isolamento, parafusos, identificação e documentação. (Plug marca Steck modelo S3276/32A, 2P+T).	STECK		
Único	6	63142	1	Unidade	Instalação de patch panel gerenciável padrão 19" (PATCH PANEL Systemax 360 IPATCH ENABLE 1100GS6), 24 portas RJ-45 CAT 6a, implantado e incluindo o fornecimento de materiais: patch panel gerenciável RJ-45 CAT 6a, etiqueta, anilha, abraçadeira tipo hellermann, abraçadeira em velcro, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
Único	7	63150	3	Unidade	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) ou bastidor óptico modular, gaveta, com fita gerenciável, 1U, padrão 19" (Systemax HD-1U-SD), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: bastidor óptico, módulo cego, bandejas individuais para fusão OU PRÉ-CONECTORIZADO, organizador de cabos frontal, tampa de cobertura em acrílico, etiquetas para identificação, parafusos, demais acessórios, identificação e documentação.	CommScope - SYSTIMAX		
					Instalação de módulo gerenciável de fibras ópticas MPO com 24			

Único	8	94978	12	Unidade	<p>fibras LC (12 pares) multimodo (<i>Systimax InstaPATCH® 360 LazrSPEED® STANDARD MODULE MM</i>), implantado e incluindo o fornecimento de materiais: módulo gerenciável MPO com 12 pares LC do tipo multimodo de 50/125 µm OM4, etiquetas para identificação de emendas de fibra e terminações, abraçadeira tipo <i>hellermann</i>, abraçadeira em velcro, demais acessórios, identificação, certificação e documentação.</p>	CommScope - SYSTIMAX		
Único	9	94986	2	Unidade	<p>Instalação de cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4</i>, implantando e incluindo o fornecimento do material: cordão óptico <i>Systimax LazrSPEED 550, OM4 LC Uniboot, 2.0 mm Dublex, Plenum</i>, comprimento de até 6 metros (20 FT).</p>	CommScope - SYSTIMAX		
Único	10	63193	160	Metro Linear	<p>Lançamento de cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm², isolamento para 1kV, antichama, baixa emissão de fumaça e gases, em eletroduto de ferro galvanizado, eletrocalha de aço galvanizada perfurada ou lisa, leito aramado, canaleta de alumínio, poste ou coluna de tomadas, canaleta de piso, implantado, incluindo materiais: cabo flexível tipo tripolar 3 x 4,0 mm², terminal tipo agulha ou garfo ou olhal, com conectorização em ambas as extremidades, abraçadeira tipo <i>hellermann</i>, abraçadeira em velcro, anilha, etiqueta, identificação e documentação. Obs: cabo tripolar não halogenado, Prismian Afumex, seção mínima de 4,0mm².</p>	PRISMIAN		
Único	11	82562	6	Unidade	<p>Instalação em quadro de distribuição de circuitos ou caixa de disjuntor termomagnético DIN, tipo plug-in, bipolar de 16 A a 32 A, Icn de 3 a 6 kA, curva B/C, implantado, incluindo identificação e</p>	SCHNEIDER		

					documentação. Obs: Disjuntor Schneider bifásico, modelo IC60N C32A, com plug-in (engate rápido).			
Único	12	64793	1	Unidade	Remanejamento de <i>rack</i> com equipamentos instalados, de 40 a 46U, da sala cofre para o setor de desembalagem (entorno da sala cofre), sobre piso elevado, até 30 metros, com peso de até 699 Kg.			
Único	13	82740	2	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de até 199 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da Superintendência Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	14	82759	3	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U, com peso de 200 a 699 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o Almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	15	82767	1	Unidade	Retirada e transporte de <i>rack</i> de 40 a 44U com peso de 700 a 1000 Kg, vazio ou com equipamentos instalados, da sala cofre, e transporte para o almoxarifado da SPGF no endereço rua Porto, 450, São Francisco - BH.			
Único	16	51721	16	Hora/Homem	Mão de obra eventual de técnico para execução de serviços de: desmontagem ou desinstalação de infraestrutura antiga de rede de telecomunicação, elétrica e telefonia convencional			
Único	17	64807	20	Hora/Homem	Mão de obra técnica eventual para remanejamento de <i>racks</i> de 40 a 46U e equipamentos ativos, servidores etc.			
					Mão de obra adicional de			

Único	18	64815	16	Hora/Homem	técnico para execução de serviços em horário noturno semanal.			
Único	19	64823	16	Hora/Homem	Mão de obra adicional de técnico para execução de serviços nos finais de semana e feriados.			
Único	20	63274	8	Metro Quadrado	Fechamento dos espaços vazios entre <i>racks</i> nos corredores do interior da Sala Cofre, com chapas metálicas na cor preto fosco, na mesma espessura existente (manter padrão), em pintura eletrostática, fixadas por meio de parafuso autorroscante.			
Único	21	94994	40	Unidade	Fechamento de U's vazios no interior dos <i>racks</i> com o fornecimento de tampas cegas padrão 19'.			
Único	22	75914	1	Unidade	Instalação caixa de consolidação e módulo para cabo UTP, incluindo o fornecimento e instalação de materiais: caixa de consolidação para acoplamento de módulo UTP para 12 portas UTP, categoria 6a, módulo para 12 acopladores UTP, categoria 6a Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	23	63185	4	Unidade	Instalação caixa de consolidação para fibra óptica (F.O), incluindo o fornecimento e instalação de materiais, caixa de consolidação para acoplamento de módulo MPO com 24 acopladores LC (12 pares) do tipo multimodo de 50/125 µm Systimax, MANTENDO O PADRÃO EXISTENTE.	SYSTIMAX		
Único	24	82589	1	Unidade	Execução de furo e/ou corte em placa de piso elevado, incluindo passacabo redondo com tampa.			
Único	25	40355	2	Unidade	Reposição de placas de piso nos locais onde os <i>racks</i> serão retirados. Piso elevado Acecofloor/Caviglia - placa modelo CC1250, e demais acessórios/acabamentos para cortes/furos.	CAVIGLIA		
					Rotulação/identificação de cabo elétrico/UTP com			

Único	26	95001	1	Unidade	fornecimento de pacote com com 1000 (mil) unidades de etiqueta em branco do modelo LAT-18-361 Laser Brady.	BRADY		
-------	----	-------	---	---------	--	-------	--	--

1.4. O contrato será celebrado nas quantidades apresentadas na tabela acima, sob demanda, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a execução total do contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo do Edital, inclusive no tocante a prazos e horários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no órgão oficial de imprensa.

4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ [inserir valor] ([inserir valor por extenso]).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da (s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

[inserir dotação]

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante /Comissão especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na forma estabelecida pelo Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência e no Edital.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

10.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

10.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

10.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

10.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

10.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

10.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

10.2.5. “prática obstrutiva” significa:

10.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediado ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

10.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de Controle de investigar e auditar.

10.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

10.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTINEPOTISMO

11.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, salvo se investidos por concurso público.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam

mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

13.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

14.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHA 1:

TESTEMUNHA 2:



Documento assinado eletronicamente por **Arlison Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25931339** e o código CRC **82D39CDE**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Termo de Confidencialidade SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES nº. 6/2021

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2021.

ANEXO VI

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1191001 -
53/2021

CELEBRANTE:

NOME: ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SEDE: Cidade Administrativa Tancredo Neves - Órgão: Secretaria de Estado de
Fazenda - Prédio Gerais - 6º andar - Lado Ímpar - Rodovia Papa João Paulo II, nº
4.001, Bairro Serra Verde, no Município de Belo Horizonte/MG - CEP 31630-901.
CNPJ: 16.907.746/0001-13
REPRESENTANTE LEGAL: Lindenberg Naffah Ferreira, Superintendente de Tecnologia
da Informação, credenciado na forma da Resolução nº. 3.597, de 03/12/2004.

CELEBRADA:

NOME EMPRESARIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE(S) LEGAL(is):
NOME:
CPF:
NOME:
CPF:

CONSIDERANDO que a CELEBRADA contratou com o CELEBRANTE a contratação, sob demanda, da prestação de serviços de reestruturação e ampliação da infraestrutura de redes de cabeamento estruturado e da infraestrutura elétrica dos ambientes da sala cofre e entorno do Data Center e áreas técnicas da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SEF, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para suportar a entrada em produção de novos equipamentos de TI e também o remanejamento de equipamentos existentes

entre *racks*, originário do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1191001 - 53/2021;

CONSIDERANDO que para tanto a CELEBRADA receberá informações a respeito do negócio, sistemas e/ou equipamentos, sendo de natureza peculiar as atividades do CELEBRANTE,

RESOLVEM as partes firmar o presente Termo de Confidencialidade, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

I - Para os fins deste instrumento, entende-se por informação: os dados, os documentos e os materiais que lhe sejam pertinentes. A "informação" poderá se revestir da forma oral, escrita, ou qualquer outra, corpórea ou não, a exemplo de: fórmulas, algoritmos, processos, projetos, croquis, fotografias, plantas, desenhos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, nomes de fornecedores, preços e custos, definições e informações de negócios.

II - É considerada informação sigilosa toda e qualquer informação ou dado fornecido, comunicado ou revelado à CELEBRADA, seja know-how e dados, seja de caráter técnico ou não, que esteja em poder da CELEBRANTE e que seja revelado à CELEBRADA por necessidade de execução do trabalho contratado.

III - Toda a informação que a CELEBRADA tenha acesso ou que lhe seja fornecida pelo CELEBRANTE, será considerada sigilosa, salvo se estiver expressamente estipulado em contrário.

IV - Não será considerada sigilosa a:

- a) informação identificada como de domínio público;
- b) informação que se encontrava na posse legítima da CELEBRADA, livre de qualquer obrigação de sigilo, antes de sua revelação pelo CELEBRANTE;
- c) informação expressamente identificada pelo CELEBRANTE como "não sigilosa".

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

As partes acordam:

a) não comercializar, divulgar, ceder, emprestar, revelar ou distribuir informação referente ao trabalho realizado, desde que autorizado pelo CELEBRANTE.

b) manter salvaguardas adequadas e seguras contra destruição, perda ou alteração dos arquivos de dados que o CELEBRANTE possa entregar à CELEBRADA, os quais ficarão sujeitos aos mesmos cuidados, proteção e segurança, dispensados àqueles da própria CELEBRADA, ficando esta livre e isenta de quaisquer responsabilidades em casos fortuitos ou de força maior;

c) respeitar e cumprir todas as estipulações referentes ao sigilo das informações;

d) devolver, independentemente de solicitação da outra parte, toda informação, sob qualquer forma que ela se encontre, bem como quaisquer cópias que eventualmente tenha em seu poder, após o término dos trabalhos sob contrato;

e) manter em absoluta segurança e devidamente protegidos todo e qualquer programa de computador, documentação correlata, material e/ou informação com

dados sigilosos, ou que venham a ter conhecimento, obrigando-se, ainda, por si, seus funcionários ou agentes e usuários, a não divulgar e nem revelar a terceiros quaisquer informações, sem prévia autorização escrita.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPOSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Pelo presente Termo, a CELEBRADA reconhece a natureza sigilosa da informação que lhe será transmitida, sob forma escrita, oral, em meio magnético ou qualquer outra forma de acesso, pelo CELEBRANTE e compromete-se a:

- a) manter sob absoluto sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas, visando à execução dos trabalhos contratados;
- b) responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados, praticados nas dependências do CELEBRANTE, ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a esta ou a seus funcionários, com a substituição imediata daqueles que não corresponderem ao padrão de comportamento exigido;
- c) permitir o acesso à informação apenas aos seus funcionários ou prepostos, que necessitem absolutamente de conhecê-la para os fins referidos, comunicando-lhes antecipadamente as obrigações assumidas em matéria de sigilo e impondo-lhes o seu cumprimento;
- d) não utilizar informações do CELEBRANTE em benefício próprio ou de terceiros;
- e) proteger as informações de divulgação a terceiros com o mesmo grau de cautela com que protege suas próprias informações de importância similar, tendo em vista a natureza dos negócios do CELEBRANTE;
- f) assegurar que, durante a execução dos serviços, seus empregados façam uso de crachás contendo o nome, a função e a denominação;
- g) credenciar junto ao CELEBRANTE todo o seu pessoal designado para a execução dos serviços, objeto deste Termo, sob pena de não lhe ser permitido o acesso às instalações;
- h) comunicar ao CELEBRANTE qualquer alteração relativa à titularidade ou gestão;
- i) instruir os encarregados, responsáveis pelo tratamento das informações confidenciais, a proteger e manter o sigilo das mesmas.

Parágrafo Primeiro

A CELEBRADA, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados e contratados.

Parágrafo Segundo

A obrigação de sigilo mantém-se, mesmo após o termo da vigência do contrato, só cessando após autorização escrita do CELEBRANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO

I - O não cumprimento do compromisso de sigilo, estabelecido neste instrumento, sujeitará a CELEBRADA ao pagamento das perdas e danos sofridos pelo CELEBRANTE, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, decorrentes da

violação deste Termo.

II - O não exercício pelas partes de qualquer direito a ela assegurado neste Termo, ou a não aplicação de qualquer medida, penalidade ou sanção possível, não importará em renúncia ou novação, não devendo, portanto, ser interpretada como desistência de sua aplicação em caso de reincidência.

CLÁUSULA QUINTA - DO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES

I - O presente Termo obriga as partes e seus sucessores.

II - A Diretoria de Infraestrutura e Soluções Tecnológicas - DIST/STI acompanhará e fiscalizará o cumprimento deste Termo.

III - Este Termo não poderá ser modificado, alterado ou rescindido, no todo ou em parte, exceto por documento escrito assinado entre as Partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte - MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente surgidos em decorrência deste instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com o Contrato, o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

CELEBRANTE: ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CELEBRADA:

Testemunha 1:

Testemunha 2:



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25932005** e o código CRC **F6FB3C30**.

Referência: Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

SEI nº 25932005



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Ordem de Serviço SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES nº. 1/2021

Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:	
Data de Emissão:	
Emergencial:	() Sim () Não
Área Requirante da Solução:	
Nome do Projeto:	
Sigla:	
Contratada:	
Contrato nº:	

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES

Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	PREÇO
1				
2				
3				
TOTAL:				

3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

- 3.1. Digite aqui o texto... .. .
- 3.2. Digite aqui o texto... .. .

4. CRONOGRAMA

Id	TAREFA	INÍCIO	FIM
1			
2			
3			

5. DOCUMENTOS ENTREGUES

- 5.1. Digite aqui o texto... .. . [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]
- 5.2. Digite aqui o texto... .. . [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

entregue documentos]

6. DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:	
Data Prevista para Entrega dos Produtos/Serviços:	
Prazo Total do Contrato (com a garantia):	

O presente documento segue assinado pelo Fiscal Requisitante da Solução, Gestor do Contrato e Preposto da Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 17/03/2021, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25932087** e o código CRC **B0280C78**.

Referência: Processo nº 1190.01.0001114/2021-20

SEI nº 25932087